



**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA  
(TAC) QUE TECNOFIRE- TECNOLOGIA E  
REFRATÁRIOS LTDA FIRMA PERANTE O  
ESTADO DE MINAS GERAIS, POR  
INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE  
ESTADO DE MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
(SEMAD), NESTE ATO REPRESENTADA  
PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
DE MEIO AMBIENTE DO LESTE MINEIRO  
– SUPRAM/LM.**

**Protocolo: 0783904/2019**

**Fundamentação do Ato:**

CONSIDERANDO o pleito formulado pela requerente através do processo SEI nº 1370.01.0019400/2019-82, para celebração de termo de Ajustamento de Conduta com o Órgão ambiental, com o fim de possibilitar a continuidade da operação até a obtenção da licença ambiental;

CONSIDERANDO que em vistoria realizada pela equipe técnica da SUPRAM LM foi constatado que:

*A empresa realiza as atividades códigos B-01-04-1, B-01-09-0, B-02-01-2, B-05-04-5 e F-05-07-1, listadas na DN COPAM nº 217/2017, sendo a atividade principal a fabricação de material cerâmico (B-01-04-1), cujo parâmetro matéria prima processada é de 20.000 ton/ano, enquadrando o empreendimento em Classe 3.*

- A empresa opera as atividades desde início de novembro de 2019, sem a devida licença de operação.*
- Possui atualmente 15 funcionários e opera de segunda a sexta de 07hs às 17hs.*
- Recebem os resíduos (tijolos refratários e material oriundo de processos siderúrgicos) das empresas Usiminas, Termium, ArcelorMittal Tubarão e João Monlevade, Vale, Aperam e CSN, e armazena no Pátio de Matéria Prima. O pátio possui canaletas direcionando o efluente para a caixa de decantação. O material decantado é utilizado na pavimentação e a água segue para drenagem natural do terreno.*
- A matéria prima depois de segregada é direcionada para o beneficiamento (britagem). No britador o material particulado é direcionado para o filtro manga. Os resíduos são armazenados em bag's para serem reutilizados ou destinados a terceiros.*
- No material beneficiado é agregado matéria prima nobre, posteriormente, pesado, moldado e desidratado em 03 (três) fornos abastecidos com gás GLP. Para acabamento das peças é feita pintura antes da destinação ao cliente.*
- Na oficina mecânica os efluentes são direcionados para a caixa separadora de água e óleo.*
- Os efluentes sanitários são direcionados para 02 (dois) sistemas fossa + filtro anaeróbio + sumidouro, instalados na área da produção e administração. Além de possuir 03 (três) fossas biodigestores ao redor do galpão.*
- A água utilizada para consumo humano e limpeza em geral é oriunda do poço manual (cisterna) com Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico nº 53771/2018 emitido em 09/03/2018 com validade até 09/03/2021.*

CONSIDERANDO que a operação do empreendimento encontra-se paralisada em virtude da lavratura do auto de infração de número 201912/2019, tendo em vista a ausência de licença ambiental, autorização ou Termo de Ajustamento de Conduta vigente e que assegurasse o regular funcionamento;

CONSIDERANDO que o empreendedor solicitou oportunidade para firmar TAC, conforme protocolo realizado no sistema SEI sob o n.º: 1370.01.0019400/2019-82;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM  
Superintendência Regional de Meio Ambiente Leste Mineiro – SUPRAM/LM

CONSIDERANDO as previsões contidas no artigo 16, § 9º, da Lei Estadual 7.772/1980, bem como no artigo 106, § 11, da Lei Estadual 20.922/2013, de acordo com o disposto nos artigos 32, § 1º; 37, § 1º; e 106, § 1º, todos do Decreto Estadual 47.383/2018;

CONSIDERANDO que a equipe interdisciplinar da Supram LM, conforme Memorando.SEMAD/SUPRAM LESTE - NUCAM.nº 17/2019, processo SEI 1370.01.0019400/2019-82, não identificou óbice à assinatura de TAC, sugerindo condições e prazos, com o fim de viabilizar a continuidade da operação do empreendimento:

**TECNOFIRE- Tecnologia e Refratários Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.167.292/0001-78, localizado na Avenida Tecnofire, nº 190, zona rural do município de Caratinga/MG, sob as coordenadas geográficas latitude: 19º 26' 57,97" e longitude: 42º 25' 21,96", aqui representada pelo sócio diretor, o **Sr. GERSON CORREA FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da CNH n.º: [REDACTED] expedida pelo [REDACTED] e CPF n.º: [REDACTED], residente e domiciliado na [REDACTED], nº: [REDACTED], bairro [REDACTED], [REDACTED], doravante denominada simplesmente "EMPRESA"; com fulcro no Art. 32 do Decreto Estadual nº 47.383/2018 e suas alterações, firma o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)**, título executivo extrajudicial, conforme Art. 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.347 de 24 de julho de 1985, com a modificação introduzida pelo Art. 113 da Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 c/c Art. 784, incisos II/III, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), Lei Federal nº 12.651/2012 e suas alterações posteriores, Lei Federal nº 9.605/98 e seu Decreto regulador nº 6.514/2008, Lei Estadual nº 20.922/2013 e demais legislações pertinentes, perante o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, com sede na Rodovia Papa João Paulo II, n.º 4143, Bairro Serra Verde, Cidade Administrativa, Edifício Minas, em Belo Horizonte, inscrita no CNPJ sob o nº 00.957404/0001-78, neste ato representada pela Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro, a **Sra. GESIANE LIMA E SILVA**, brasileira, servidora pública, MASP: 1354357-4, com endereço em Governador Valadares/MG, conforme delegação de competência estabelecida pela Resolução Semad 2.764/2019 (IOF 30/01/2019), doravante denominada "SUPRAM/LM", com sede na Rua Oito, nº 146, Ilha dos Araújos, Governador Valadares/MG, CEP: 35020-700, se obrigando ao cumprimento do presente termo, sob pena das cominações legais, fazendo-o mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO COMPROMISSO

Constitui objeto deste instrumento o estabelecimento das condições e prazos de funcionamento da atividade exercida pela EMPRESA até a sua regularização ambiental, conforme previsão do artigo 16, § 9º, da Lei Estadual 7.772/1980, bem como do artigo 106, § 11, da Lei Estadual 20.922/2013, de acordo com o disposto nos artigos 32, § 1º; 37, § 1º; e 106, § 1º, todos do Decreto Estadual 47.383/2018, observado o cronograma de execução constante da CLÁUSULA SEGUNDA.

### PARÁGRAFO ÚNICO:





O presente instrumento possui caráter estritamente ambiental e não isenta o empreendedor de obter junto a outros órgãos as licenças e autorizações próprias para o exercício de sua atividade.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO COMPROMISSO AJUSTADO

Pelo presente, a **EMPRESA** se compromete perante SUPRAM/LM a executar as medidas e condicionantes técnicas em relação à atividade potencialmente degradadora e poluidora que exerce, de modo a cessar, corrigir ou mitigar os efeitos negativos sobre o meio ambiente, observando rigorosamente o cronograma a seguir estabelecido:

**CONDICIONANTE 01:** Formalizar processo de regularização ambiental corretiva relacionado à instalação e funcionamento atual do empreendimento, conforme definição constante na DN Copam 217/2017.

**PRAZO: 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura do TAC.**

**CONDICIONANTE 02:** Apresentar relatório técnico/fotográfico da revegetação da encosta próxima ao sistema fossa, filtro anaeróbio e sumidouro da área de produção.

**Prazo: 03 (três) meses após a assinatura do TAC.**

**CONDICIONANTE 03:** Apresentar relatório fotográfico comprovando a retirada do compressor localizado próximo ao filtro de manga do britador e instalá-lo em local adequado.

**Prazo: 01 (um) mês após a assinatura do TAC.**

**CONDICIONANTE 04:** Executar o Programa de Automonitoramento, conforme os seguintes itens:

### **RESÍDUOS SÓLIDOS E OLEOSOS**

Enviar a SUPRAM LM, anualmente, durante a vigência do TAC, os **relatórios mensais** de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 <sup>1</sup>	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma <sup>2</sup>	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(<sup>1</sup>) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(<sup>2</sup>) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM  
Superintendência Regional de Meio Ambiente Leste Mineiro – SUPRAM/LM

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº. 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº. 307/2002 e nº. 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

#### EFLUENTES LÍQUIDOS

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Entrada da Saída do Sistema de Tratamento de Esgoto Sanitário	Vazão, Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) <sup>1</sup> , Demanda Química de Oxigênio (DQO) <sup>1</sup> , pH, Sólidos em Suspensão Totais (SST), Sólidos Sedimentáveis (SS), substâncias tensoativas que reagem com azul de metileno (Surfactantes), óleos minerais e óleos vegetais e gorduras animais.	<u>Semestralmente</u>
Entrada e Saída da Caixa Separadora de Água e Óleo	Vazão, Demanda Química de Oxigênio (DQO) <sup>1</sup> , pH, Sólidos em Suspensão Totais (SST), Sólidos Sedimentáveis (SS), substâncias tensoativas que reagem com azul de metileno (Surfactantes), óleos minerais e óleos vegetais e gorduras animais.	<u>Semestralmente</u>

<sup>(1)</sup> O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

**Relatórios:** Enviar a SUPRAM LM, anualmente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM  
Superintendência Regional de Meio Ambiente Leste Mineiro – SUPRAM/LM

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 216/2017, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

#### **EFLUENTES ATMOSFÉRICOS**

Origem	Local da amostragem	Parâmetro	Frequência de análise
Filtro de manga	Chaminé do Britador	MP	Semestralmente

**Relatórios:** Enviar a SUPRAM LM, semestralmente, os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais. Os resultados apresentados nos laudos analíticos deverão ser expressos nas mesmas unidades dos padrões de emissão previstos na Tabela XVII DN COPAM nº. 187/2013 e na Resolução CONAMA nº. 382/2006.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, bem como a medida mitigadora adotada.

Método de amostragem: Normas ABNT, CETESB ou Environmental Protection Agency – EPA.

#### **Prazo: Durante a vigência do TAC.**

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES OPERACIONAIS**

Nos limites permitidos para a operação do empreendimento a que se refere a CLÁUSULA SEGUNDA e, observado o estrito cumprimento do TAC estabelecido, a EMPRESA se obriga, ainda, a cumprir as seguintes condições:

1. Não sofrer qualquer autuação, durante a vigência do TAC, com penalidades definitivas, aplicadas por descumprimento da legislação ambiental e/ou florestal e de recursos hídricos, na vigência do presente termo;
2. Não modificar ou descaracterizar nenhum dos itens estabelecidos pelo Órgão Ambiental, sem prévia autorização do Órgão;
3. Não dar início a nenhuma ampliação ou modificação do empreendimento sem consulta prévia ao Órgão Ambiental;
4. Atender às informações solicitadas pelos técnicos da Semad;
5. Não paralisar o andamento no processo de obtenção de Licenciamento Ambiental por prazo superior a 60 (sessenta) dias.

### **CLÁUSULA QUARTA – DESCUMPRIMENTO DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO**

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela EMPRESA neste termo de ajustamento implicará, de forma isolada ou cumulativamente, nas seguintes consequências:





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM  
Superintendência Regional de Meio Ambiente Leste Mineiro – SUPRAM/LM

1. Suspensão total e imediata de suas atividades
2. Multa correspondente ao valor de 11.250,00 Ufemgs;
3. Encaminhamento de cópia do processo ao Ministério Público.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

A multa prevista no *caput* será aplicada de forma gradual, conforme quadro a seguir:

1	Descumprimento ou cumprimento intempestivo de condições, seus prazos e periodicidade, estabelecidas no TAC, salvo no caso previsto no item 4 deste quadro.	100% do estipulado na Cláusula Penal
2	Descumprimento da obrigação de formalização de qualquer processo de regularização ambiental	100% do estipulado na cláusula penal
3	Cumprimento intempestivo de obrigação de formalização de processo de regularização ambiental	Multa diária correspondente a 2% do valor previsto na cláusula penal por dia de atraso, limitada a 100% do valor estabelecido no TAC.
4	Cumprimento intempestivo de obrigação de apresentar ao protocolo da SUPRAM LM comprovação de cumprimento de condição cujos prazos e periodicidades estabelecidas podem ser atestadas a qualquer tempo.	Multa correspondente a 5% do valor previsto na cláusula penal para cada protocolo intempestivo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:**

A eventual inobservância pela EMPRESA de qualquer das obrigações, condições e prazos estabelecidos no presente TERMO, desde que resultante de caso fortuito ou força maior, na forma tipificada no Art. 393 do Código Civil Brasileiro, não constituirá descumprimento do presente, devendo, contudo, ser imediatamente comunicada e justificada à SUPRAM-LM, que, se for o caso, fixará novo prazo para o adimplemento da obrigação não cumprida.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente instrumento será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua assinatura, prorrogável por iguais períodos, a critério do órgão ambiental e mediante comunicação via ofício, até a obtenção da licença.

**CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO JUDICIAL**

A inexecução total ou parcial do presente TAC implica a sua rescisão de pleno direito e ensejará a sua remessa ao Órgão Jurídico competente do Estado de Minas Gerais, para a execução judicial das obrigações dele decorrentes, como **TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL**, na forma do disposto pelo Art. 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, com a modificação introduzida pelo Art. 113 da Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, e Art. 784, incisos II/III, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), sem prejuízo das sanções penais e administrativas aplicáveis à espécie.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DOCUMENTOS**





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM  
Superintendência Regional de Meio Ambiente Leste Mineiro – SUPRAM/LM

Todos os documentos referidos neste Termo de Ajustamento de Conduta, depois de rubricados pela EMPRESA e pela SUPRAM-LM, passarão a fazer parte integrante deste instrumento, como se transcritos fossem.

### CLÁUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o foro da comarca de Caratinga /MG para dirimir as questões decorrentes do presente TERMO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim, justos e acordados, as partes assinam este Termo Aditivo em **03 (três) vias de igual teor**, na presença das testemunhas abaixo, que a tudo assistiram e que também o subscrevem, para todos os efeitos de Direito.

Governador Valadares, 19 de dezembro de 2019.

**GESIANE LIMA E SILVA**

**SUPERINTENDENTE REGIONAL DE MEIO AMBIENTE DO LESTE MINEIRO**  
MASP nº 1354357-4

Gesiane Lima e Silva  
Superintendente Regional de  
Meio Ambiente  
SUPRAM-LM/SEMAD-MG  
Masp 1.354.357-4

**TECNOFIRE- Tecnologia e Refratários Ltda**  
**GERSON CORRÊA FILHO**

### TESTEMUNHAS:

Nome: **RODRIGO RIBEIRO PIGNATON**  
CPF: [REDACTED]

Nome: **Juliana Aparecida Ribeiro**  
CPF: [REDACTED]